Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Eternit S.A.

31 de dezembro de 2016 com o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações contábeis, individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis, individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valores adicionados	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Eternit S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como das demais ADIs que tratam do uso do amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho

do Estado de São Paulo; e, pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA de São Paulo contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional da unidade industrial da Companhia, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990, para as quais houve decisões julgadas parcialmente desfavoráveis à Companhia, em primeira instância. A probabilidade de perda para parte destas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item i b), foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para esta parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda para a parte considerada como perda possível, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item iii e). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 20 iii f) e n º 31, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descrevem as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro e pela ABREA do Rio de Janeiro; e; Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, respectivamente, contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional e que ainda não foram julgadas. As probabilidades de perda para essas ações civis foram consideradas pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foram reconhecidas provisões para perda relacionadas a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20 a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável da mesma, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na nota explicativa nº 1) e na nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e) e f), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nossos parágrafos de ênfases.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; obtenção de confirmações formais de consultores jurídicos externos da Companhia para as causas mais relevantes, reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas; e revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A determinação, em 31 de dezembro de 2016, dos montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos recuperáveis, divulgados na nota explicativa nº 19, em R\$ 42.315 mil e R\$ 72.655 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, estão diretamente associados à projeção dos lucros tributários futuros. Devido à complexidade do processo de mensuração das projeções de lucros tributários futuros, que se baseiam em estimativas e premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos ajudar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável dos tributos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas a fatores como, estimativas de vendas futuras, taxas de descontos, projeção de inflação, taxa de crescimento, de cotação de moedas estrangeiras e de rentabilidade dos negócios da Companhia e margem de lucro. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 19, efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura.

Análise da recuperabilidade dos ativos de vida útil definida e indefinida

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente também é efetuada avaliação sobre a existência de indicativos de *impairment* sobre o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, principalmente aquelas que podem ter um efeito mais significativo na determinação dos valores recuperáveis evidenciadas nas notas explicativas 3.1 e 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas, divulgado na nota explicativa nº 21, envolve um alto grau de controles com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas dentro do período contábil adequado, quando os produtos faturados tenham sido entregues aos respectivos compradores.

Considerando o volume e a pulverização das vendas, bem como as características da regionalização dos negócios da Companhia e de suas controladas, o processo de reconhecimento da receita envolve um alto grau de dependência do funcionamento adequado dos controles internos, por esse motivo, consideramos o reconhecimento como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais no reconhecimento da receita incluíram, dentre outros:

- Entendimento e testes de controles internos relevantes relacionados à identificação, a separação e ao registro de receitas de vendas dentro do prazo contábil adequado;
- Procedimentos de confirmação de contas a receber diretamente com clientes da Companhia e suas controladas selecionados de forma aleatória;
- Exame documental de amostra de notas fiscais emitidas e seus respectivos comprovantes de entrega, em data próxima ao encerramento do exercício (anterior e posterior a 31 de dezembro de 2016), visando testar se essas transações foram reconhecidas no período contábil adequado;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar receitas de vendas faturadas e não entregue no período contábil adequado.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis , individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis , individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais
e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos
procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria
apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção
relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Rita de C. S. de Freitas Contadora CRC-1SP214160/O-5

Eternit S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consol	idado	
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Ativos						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.365	2.850	5.143	5.578	
Aplicações financeiras	5	32	3.114	2.708	16.734	
Contas a receber	6 7	84.835	73.337	158.663	172.342	
Estoques	7	93.582	108.428	160.867	184.383	
Impostos a recuperar	8	9.289	7.638	17.861	15.083	
Partes relacionadas	10.a	14.819	30.447	718	2.818	
Outros ativos circulantes		2.193	7.501	5.724	15.382	
		208.115	233.315	351.684	412.320	
Ativo mantido para a venda		796	_	5.291	_	
Total do ativo circulante		208.911	233.315	356.975	412.320	
Não circulante Depósitos judiciais		14.384	11.576	22.264	19.003	
Impostos a recuperar	8	24.335	24.081	24.746	24.765	
Impostos a recuperar Imposto de renda e contribuição social diferidos	_	42.315	34.264	72.655	63.823	
Partes relacionadas	10.0	27.982	9.711	15.985	-	
Outros ativos não circulantes	10	1.078	339	2.545	2.807	
Investimentos	9	203.707	251.659	3.546	24.782	
Imobilizado	11	150.412	154.920	317.716	354.047	
Intangível	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	6.069	6.950	26.016	31.647	
Total do ativo não circulante		470.282	493.500	485.473	520.874	

Total do ativo 679.193 726.815 842.448 933.194

	Nota	Controladora		Consol	idado
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	20.602	23.922	33.566	41.420
Empréstimos e financiamentos	13	10.337	6.258	68.750	90.238
Instrumentos financeiros derivativos	27.2	374	69	678	69
Partes relacionadas	10	25.393	12.256	-	-
Obrigações com pessoal	14	12.413	14.858	23.388	27.722
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17.d	426	7.534	426	7.534
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	3.184	2.749	5.115	4.890
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	14.030	10.697	22.260	19.867
Outros passivos circulantes		6.578	5.940	14.306	14.080
Total do passivo circulante	•	93.337	84.283	168.489	205.820
Não circulante Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas Impostos, taxas e contribuições a recolher Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Provisão para benefício pós-emprego Provisão para desmobilização da mina Total do passivo não circulante	13 10 15 20 16.b 29	4.362 36.012 1.746 46.975 37.128 126.223	16.294 40.728 6.477 47.096 31.839 -	55.626 4.699 90.003 50.104 13.878 214.310	76.954 8.969 84.281 44.437 12.617 227.258
Patrimônio líquido Capital social Reserva de capital Ações em tesouraria Reservas de lucros Outros resultados abrangentes Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores Participação dos acionistas não controladores Total do patrimônio líquido Total do passivo e patrimônio líquido	17.a	334.251 19.460 (174) 118.221 (12.125) 459.633 - 459.633 679.193	334.251 19.460 (174) 155.738 (9.177) 500.098 - 500.098 726.815	334.251 19.460 (174) 118.221 (12.125) 459.633 16 459.649 842.448	334.251 19.460 (174) 155.738 (9.177) 500.098 18 500.116 933.194

Eternit S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - exceto o (prejuízo) lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consoli	dado
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	21	494.763	511.090	827.275	974.872
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	22	(394.446)	(384.403)	(564.073)	(598.115)
Lucro bruto		100.317	126.687	263.202	376.757
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(60.616)	(58.313)	(106.593)	(114.704)
Gerais e administrativas	22	(39.740)	(48.272)	(89.134)	(106.961)
Remuneração da administração	22	(8.055)	(7.121)	(11.527)	(11.444)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas Perda estimada por não recuperabilidade de	23	(14.826)	(25.115)	(15.736)	(23.844)
ativos e provisão para reestruturação	1, 3.3 e 30	-	-	(18.109)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	(15.335)	45.116	(29.337)	(27.661)
Total das despesas operacionais	•	(138.572)	(93.705)	(270.436)	(284.614)
Despesas financeiras	24	(27.348)	(19.804)	(71.235)	(108.735)
Receitas financeiras	24	21.169	7.762	50.742	85.209
Resultado financeiro líquido		(6.179)	(12.042)	(20.493)	(23.526)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e					
da contribuição social		(44.434)	20.940	(27.727)	68.617
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19	-	-	(17.269)	(48.851)
Diferidos	19	6.751	8.480	7.314	9.655
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(37.683)	29.420	(37.682)	29.421
Atribuível a:		(27 602)	20, 400	(27 602)	20.420
Acionistas controladores Acionistas não controladores		(37.683) -	29.420	(37.683) 1	29.420 1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício (Prejuízo) lucro líquido por ação,	•	(37.683)	29.420	(37.682)	29.421
básico e diluído – R\$	17	(0,2106)	0,1644	(0,2106)	0,1644
	=	-			

Eternit S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(37.683)	29.420	(37.682)	29.421	
Outros resultados abrangentes Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(3.823)	(3.040)	(4.466)	(2.555)	
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.299	1.034	1.518	869	
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(424)	320	-	-	
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(2.948)	(1.686)	(2.948)	(1.686)	
Resultado abrangente do exercício	(40.631)	27.734	(40.630)	27.735	
Atribuível a: Acionistas controladores Acionistas não controladores	(40.631)	27.734	(40.631) 1	27.734 1	
	(40.631)	27.734	(40.630)	27.735	

Eternit S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

			Reserva de	capital	-		Reserv	as de lucros					
	Nota explicativa	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros /(Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808
Dividendos prescritos Lucro líquido do exercício Constituição de reservas	17	-	:	-	-	- - 1.471	- - 1.471	160 - 1.784	29.420 (4.726)	-	160 29.420	1	160 29.421
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido Destinação do lucro líquido:	17	-	-	-	-	-	-	-	(4.720)	(1.686)	(1.686)	-	(1.686)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,166 por ação em circulação Dividendos - R\$ 0,072 por ação em	17	-	-	-	-	-	-	(6.621)	(23.083)	-	(29.704)	-	(29.704)
circulação	17	-	-	-	-	-	-	(11.272)	(1.611)	-	(12.883)	-	(12.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654		(9.177)	500.098	18	500.116
Dividendos prescritos Prejuízo do exercício Absorção do prejuízo do exercício		:		:	:	:	:	166 - (37.683)	(37.683) 37.683	- - -	166 (37.683)	(3) 1	163 (37.682)
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	(2.948)	-	(2.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	459.633	16	459.649

Eternit S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Contro	oladora	Cons	olidado
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(44.434)	20.940	(27.727)	68.617
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro antes do imposto de renda e					
da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades					
operacionais: Resultado da equivalência patrimonial	9	15.335	(45.116)	29.337	27.661
Depreciação e amortização	J	14.880	13.470	38.572	39.401
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23	(5)	(100)	(3.123)	165
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.980	1.493	3.420	2.531
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	1, 3.3, 7 e 30	(527)	(267)	1.025	(267)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	1, 3.3, 7 e 30	-	-	14.460	-
Perda estimada para desmobilização e provisão de reestruturação	1, 3.3, 7 e 30	1 244	-	2.586	07.407
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Provisão para benefício pós-emprego		1.344 1.901	23.605 1.307	7.209 1.426	27.467 635
Provisão para desmobilização da mina		1.901	1.507	1.261	2.570
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		(416)	6.745	(828)	13.011
Rendimento de aplicações financeiras		`(74)	(993)	(841)	(3.331)
Variação líquida das despesas antecipadas	<u>_</u>	6.020	2.886	7.106	5.067
		(3.996)	23.970	73.883	183.527
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		(44.050)	(0.500)	7.400	(000)
Contas a receber		(14.259) 965	(3.503)	7.100	(669)
Partes relacionadas a receber Estoques	7	15.373	(5.150) (38.766)	2.100 22.491	(391) (36.023)
Impostos a recuperar	,	1.603	(1.836)	3.380	(4.085)
Depósitos judiciais		(4.132)	(4.765)	(4.586)	(5.588)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		44.759	98.341	-	-
Outros ativos		(1.430)	(5.389)	2.842	(12.209)
Ativo não circulante mantido para a venda		(16)	-	(16)	-
Aumento (reducão) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(3.304)	1.064	(7.828)	(731)
Partes relacionadas a pagar	10	13.137	4.584	. ,	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(3.028)	(5.893)	(11.493)	(6.617)
Provisões e encargos sociais	14	(2.445)	2.120	(4.334)	(935)
Outros passivos		638	2.807	(2.582)	2.964
Juros pagos		(1.021)	(411)	(7.530) (12.604)	(4.782) (56.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	=	42.844	67.173	60.823	57.632
Caixa iiquido gerado pelas atividades operacionais	-	42.044	07.170	00.020	37.002
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber		(16.053)	19.585	(14.953)	726
Recebimento pela venda de imobilizado	23	(0.500)	784	3.395	876
Adições ao ativo imobilizado e intangível Adição de variação cambial capitalizada	11	(9.508)	(23.161) (107)	(15.700)	(37.944) (14.524)
Adições ao investimento	9	(8.101)	(47.627)	(8.101)	(18.105)
Aplicações financeiras de curto prazo	•	(41.750)	(93.136)	(149.403)	(277.192)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		`44.90 5	106.74Ó	`164.264	`298.812
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	_	(30.485)	(36.922)	(20.498)	(47.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		1.962	14.915	64.575	246.870
Amortização de empréstimos e financiamentos		(6.929)	(3.633)	(98.458)	(215.838)
Mútuo com empresa ligada		•	`4.708	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	_	(6.877)	(49.102)	(6.877)	(49.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	- -	(11.844)	(33.112)	(40.760)	(18.070)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	515	(2.861)	(435)	(7.789)
. • • •	-		, ,	, ,	` '
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	2.850	5.711	5.578	13.367
No fim do exercício	4	3.365	2.850	5.143	5.578
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	_	515	(2.861)	(435)	(7.789)

Eternit S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Cons	olidado
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
-					
Receitas Vendas de mercadorias, produtos e serviços Outras receitas Parda estimada em préditos de liquidação duvidação	21	655.962 87	679.553 100	1.048.748 3.982	1.221.417 (86)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(1.980)	(1.493)	(3.420)	(2.512)
Sobre as contas a receser	-	654.069	678.160	1.049.310	1.218.819
	-				
Insumos adquiridos de terceiros Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão		(325.811) (133.597)	(333.319) (153.783)	(470.819) (221.602)	(555.314) (185.782)
para reestruturação	30	<u>-</u>	-	(18.109)	-
Outros descontos, abatimentos e doações	-	(1.605)	(3.100)	(4.018)	(5.518)
	_	(461.013)	(490.202)	(714.548)	(746.614)
Valor adicionado bruto		193.056	187.958	334.762	472.205
Depreciação, amortização e exaustão		(14.880)	(13.470)	(38.572)	(39.401)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	-	178.176	174.488	296.190	432.804
	-				
Valor adicionado recebido em transferência Resultado da equivalência patrimonial Receitas financeiras Outras	9 24	(15.335) 21.169 433 6.267	45.116 7.762 3.983 56.861	(29.337) 50.742 2.265 23.670	(27.661) 85.209 7.508 65.056
	-				
Valor adicionado total a distribuir	_	184.443	231.349	319.860	497.860
Pessoal: Remuneração direta Benefícios FGTS	- -	72.985 23.281 7.887 104.153	69.177 26.618 6.181 101.976	101.888 34.972 10.420 147.280	127.943 49.173 11.578 188.694
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais Estaduais Municipais	-	59.103 22.582 2.200	57.161 14.280 1.832	64.609 60.317 3.863	100.616 45.815 3.835
Demunavação de conital de tavasivas	-	83.885	73.273	128.789	150.266
Remuneração de capital de terceiros: Juros Aluquéis		27.348 6.740	19.804 6.876	71.235 10.238	108.735 20.744
ŭ	-	34.088	26.680	81.473	129.479
Remuneração de capitais próprios: Dividendos Juros sobre o capital próprio (Prejuízos acumulados)/lucros retidos Participação dos não controladores nos (prejuízos	17 17 17	(37.683)	1.611 23.083 4.726	(37.683)	1.611 23.083 4.726
acumulados)/lucros retidos		<u>-</u>	<u>-</u>	1	1_
	-	(37.683)	29.420	(37.682)	29.421
	=	184.443	231.349	319.860	497.860

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 9 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção, fios de polipropileno.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa n^{o} 25.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional -- Continuação

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/1995 — Decreto nº 2.350/1997 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito das ADI n° 3.357 e n° 3.937, em face das Leis estaduais n° 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul e nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, respectivamente. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto – votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio – votou pela inconstitucionalidade das leis, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento. Em 23/11/2016 foi retomado o julgamento, de ação nº 3.357 , tendo o Ministro Edson Facchin julgado improcedente o pedido formulado na ação. enquanto que o Ministro Dias Toffoli pediu vista dos autos. Quanto a ADI 3937, também foi dada vista ao Ministro Dias Toffoli

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do decreto nº 68/2015, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional -- Continuação

artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O Governo do Estado de Amazonas promulgou em 06/05/2015 a Lei nº 258/2015, que proibe o uso de produtos contendo asbestos no Estado de Amazonas, estando pendente de regulamentação.

O Governo de Santa Catarina promulgou em 13/01/2017 a Lei nº 17.076/2017, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham qualquer tipo de amianto no Estado de Santa Catarina, estando pendente de regulamentação.

Reestruturação operacional

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

O objetivo da reestruturação foi adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA foram encerradas.

Em virtude dessa reestruturação foi realizada a recuperabilidade dos ativos das referidas unidades fabris, utilizando a metodologia de valor em uso, no qual originou em uma redução dos mesmos ao valor recuperável bem como a constituição de provisões para reestruturação e desmobilização, reconhecidas no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 as quais totalizaram o montante de R\$ 14.313.

Aprovação das demonstrações contábeis

A apresentação das demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2017, para divulgação na mesma data.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Base para preparação e políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e conforme divulgada na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou a reestruturação de algumas unidades da controlada Tégula, com o objetivo de retomar o crescimento de tal controlada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação-- Continuação

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) <u>Identificação e valorização dos instrumentos financeiros</u>

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 12).

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações contábeis
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com derivativos e Hedge Accounting, assim não se espera grandes variações.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes CPC 34 – Receita de Contrato com Cliente	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações contábeis, porém está em avaliação do mesmo, estando assim impossibilitados de divulgar tais efeitos.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com arrendamento mercantil, assim não se espera grandes variações.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma. O CPC decidiu não emitir pronunciamento devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações contábeis em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações contábeis. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

	Consolidado			
Controlada:	31/12/2016	31/12/2015		
Sama	16.559	16.559		
Tégula (i)		3.436		
Total	16.559	19.995		
(i) No grupo do Intangível	<u></u>			

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas--Continuação

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

A Companhia realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

Com base nas premissas mencionadas anteriormente, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 3.796 em sua controlada Tégula, sendo R\$ 3.436 pelo resultado do teste de recuperabilidade do ágio e R\$ 360 pelo resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos não circulantes. A reversão das perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (goodwill).

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	52	2.850	1.639	5.463
Aplicações em certificados de depósito bancários	3.313	-	3.504	115
	3.365	2.850	5.143	5.578

Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

5. Aplicações financeiras

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	32	3.114	2.708	16.734

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pelas taxas médias de 106,2% da variação do CDI (100,9% em 31 de dezembro de 2015). São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. Contas a receber

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	89.718	77.222	121.174	111.336
Mercado externo	-	-	46.124	69.316
(-) Ajuste a valor presente		-	(317)	(319)
	89.718	77.222	166.981	180.333
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(4.883)	(3.885)	(8.318)	(7.991)
	84.835	73.337	158.663	172.342

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

			lidado
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
78.623	68.163	141.430	153.946
4.582	2.690	11.894	14.439
714	536	1.196	1.319
916	1.948	4.143	2.638
84.835	73.337	158.663	172.342
	78.623 4.582 714 916	78.623 68.163 4.582 2.690 714 536 916 1.948	78.623 68.163 141.430 4.582 2.690 11.894 714 536 1.196 916 1.948 4.143

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

Contro	ladora	Conso	lidado
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.689)
(2.847)	(1.720)	(4.956)	(2.786)
867	227	1.536	255
982	915	3.093	1.229
(4.883)	(3.885)	(8.318)	(7.991)
	31/12/2016 (3.885) (2.847) 867 982	(3.885) (3.307) (2.847) (1.720) 867 227 982 915	31/12/2016 31/12/2015 31/12/2016 (3.885) (3.307) (7.991) (2.847) (1.720) (4.956) 867 227 1.536 982 915 3.093

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

7. Estoques

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	58.390	61.591	107.403	110.595
Produtos semi-acabados	-	-	1.231	3.486
Revenda	7.396	8.371	10.253	11.700
Matérias-primas	21.771	32.438	23.479	33.936
Materiais auxiliares	7.096	7.626	21.497	26.637
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(1.071)	(1.598)	(2.996)	(1.971)
	93.582	108.428	160.867	184.383

^(*) A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representada:

Contro	ladora	Conso	lidado
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(1.598)	(1.865)	(1.971)	(2.238)
(1.039)	(398)	(2.622)	(398)
1.566	665	1.597	665
(1.071)	(1.598)	(2.996)	(1.971)
	31/12/2016 (1.598) (1.039) 1.566	31/12/201631/12/2015(1.598)(1.865)(1.039)(398)1.566665	31/12/2016 31/12/2015 31/12/2016 (1.598) (1.865) (1.971) (1.039) (398) (2.622) 1.566 665 1.597

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	2.943	2.208	3.475	4.365
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	288	201	531	475
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	1.669	1.027	1.882	1.570
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	475	276	511	333
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	2.145	1.646	2.145	1.646
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	1.061	1.542	1.061	1.542
Contribuição para financiamento da seguridade social -				
COFINS e outros	708	738	8.256	5.152
	9.289	7.638	17.861	15.083
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	709	1.419	1.063	2.045
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	15.035	14.421	15.035	14.422
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	8.591	8.241	8.591	8.241
Instituto nacional seguro social - INSS	-	-	57	57
	24.335	24.081	24.746	24.765

^(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC"):

Resumo da composição dos investimentos:

	Eternit da							
	Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	CSC	Total
Investimentos	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546	187.148
Mais valia dos ativos líquidos		-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.593	29.053	7.313	98.348	27.159	4.695	3.546	203.707

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Investimentos--Continuação

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	CSC	Total
Em 01 de janeiro 2015	11.685	23.985	7.830	106.944	67.134	4.164	34.338	256.080
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)		(5.537)	-	-	-	(6.945)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	ì2.349	813	82.615	(11.028)	(30)	(27.661)	45.116
Equivalência dos resultados abrangentes	· -	_	-	320	· _		· -	320
Aporte de capital	29.522	-	-	-	-	-	18.105	47.627
Em 31 de dezembro 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	56.106	4.134	24.782	251.659
Dividendos	_	(2.773)	(998)	(26.335)	_	(1.412)	_	(31.518)
Juros sobre o capital próprio	-	(2.096)	` -	(6.680)	-	` _	-	`(8.776)
Resultado da equivalência patrimonial	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)	(15.335)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(424)	· _	_	· · ·	(424)
Aporte de capital	-	-	-	•	-	-	8.101	8.101
Em 31 de dezembro de 2016	33.593	29.053	7.313	98.348	27.159	4.695	3.546	203.707

O saldo de investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 3.546 (R\$ 24.782 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC. Durante o exercício de 2016 foram realizados aportes de capital no montante de R\$ 8.101 (R\$ 18.105 em 2015).

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

			Control	adas			Controlada em conjunto
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	12.515	27.000	1.369	127.103	20.124	1.703	71.635
Ativo não circulante	88.743	14.954	6.126	102.882	31.798	4.565	116.678
Passivo circulante	16.116	9.338	182	80.398	7.761	12	67.406
Passivo não circulante	50.786	3.561	-	64.222	16.999	1.554	114.997
Patrimônio líquido	34.356	29.055	7.313	85.365	27.162	4.702	5.910
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Lucro não realizado nos estoques	(760)	-	-	(3.574)	-	-	-
Valor contábil do investimento	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546
Receita operacional líquida	20.098	72.286	-	309.513	47.918	-	48.434
Custo dos produtos vendidos	(38.340)	(54.918)	-	(181.260)	(38.340)	-	(55.621)
Lucro não realizado nos estoques	(75)	· -	-	2.126	· -	-	· -
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade Atribuível a:	4.328	7.031	490	29.128	(28.950)	1.976	(48.895)
Participação da Companhia	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

19 145 328 41 718 1.251 5.600 127 2.228 706 8.661	255 1.096 1.254 171 2.818 5.594
145 328 41 718 1.251 5.600 127 2.228 706	1.096 1.254 171 2.818
145 328 41 718 1.251 5.600 127 2.228 706	1.096 1.254 171 2.818
145 328 41 718 1.251 5.600 127 2.228 706	1.096 1.254 171 2.818
328 41 718 1.251 5.600 127 2.228 706	1.254 171 2.818
41 718 1.251 5.600 127 2.228 706	171 2.818
718 1.251 5.600 127 2.228 706	2.818
1.251 5.600 127 2.228 706	
5.600 127 2.228 706	5.594
127 2.228 706	
127 2.228 706	
2.228 706	17.848
706	122
	2.723
	706
0.001	21.399
4.907	3.454
4.907	3.454
4.507	3.434
14.819	30.447
15.985	-
11.997	9.711
27.982	9.711
42.801	40.158
1.155	4.545
1.947	707
19.539	6.681
22.641	11.933
1.441	29
	110
/5	13
75 1.191	100
_	71
1.191	323
1.191 9	12.256
	75 1.191 9 36

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas--Continuação

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2015		
Saldos:				
Passivo não circulante				
Mútuo				
SAMA (iii)	31.276	35.382		
Prel (iii)	1.736	2.346		
Wagner (iii)	3.000	3.000		
Total do passivo não circulante	36.012	40.728		
Total do passivo	61.405	52.984		

⁽i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

⁽iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora								
	Vendas		Compras		Outras despesas		Outras receitas		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Precon	10.084	1.906	4.666	707	-	-	-	-	
Tégula	196	209	-	-	-	-	-	-	
SAMA	-	-	67.734	81.958	-	-	-	-	
Eternit da Amazônia	-	-	19.837	14.703	-	-	-	-	
Companhia Sulamericana de									
Cerâmica	1.839	299	-	-	-	-	-	-	
Despesas administrativas									
Prel	-	_	-	-	1.175	1.101	-	-	
Precon	-	-	-	-	26	-	-	-	
Sama	_	_	-	-	36	_	_	-	
Juros sobre mútuo									
Sama	-	_	-	-	5.043	4.269	-	-	
Tégula	_	_	-	-	-	-	1.395	1.163	
Companhia Sulamericana de									
Cerâmica	_	_	-	-	-	_	1.332	1.209	
Juros sobre capital próprio									
Sama	_	_	_	_	-	_	6.681	5.538	
Precon	-	_	-	_	-	_	2.096	1.408	
Total	12.119	2.414	92.237	97.368	6.280	5.370	11.504	9.318	

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

⁽ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários, honorários e benefícios	5.957	5.100	7.170	6.201
Encargos sociais	1.644	1.365	2.013	1.702
Participação nos lucros – PLRE	1.080	1.859	1.220	2.066
PLRE complementar	-	714	-	737
Benefício pós-emprego	85	87	85	114
	8.766	9.125	10.488	10.820

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo oferece PLRE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse PLRE complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a até 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a posição acionária da Diretoria era de 1.212.660 ações - ETER3 (1.852.748 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração--Continuação

Movimentação das ações da Diretoria					
Em dezembro 2015	1.852.748				
Compra	-				
Venda	(383.100)				
Outros	(256.988)				
Em dezembro 2016	1.212.660				

11. Imobilizado

Política contábil

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora									
		Edifícios e	Máquinas e	Ferramentas			Móveis e	Equipamentos	Imobilizações	
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	e moldes	Instalações	Veículos	utensílios	de informática	em andamento	Total
Custo										
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Adições	-	-	1.408	-	-	-	-	-	19.929	21.337
Baixas	-	-	(19)	-	(6)	(244)	(11)	(71)	-	(351)
Transferências	1.157	1.769	31.590	454	2.758	-	378	455	(38.561)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Adições	-			-		-	-		8.662	8.662
Baixas	-	(1)	(167)		(30)	(66)	(20)	(171)		(455)
Transferências		438	15.234	542	2.159	-	96	205	(18.674)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.178	35.691	158.060	14.078	88.627	1.349	6.487	4.769	443	312.682
Taxas médias de depreciação	_	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	_	_
· a. a			5,5,5							
Depreciação acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	(137.723)
Adições	-	(791)	(3.804)	(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)	-	(12.052)
Baixas	-	-	19	-	1	120	9	71	-	220
Transferências		-	(3)	-	3	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	(149.555)
Adições	-	(836)	(5.026)	(601)	(5.695)	(51)	(490)	(454)	-	(13.153)
Baixas	-	1	155	-	30	66	16	170	-	438
Transferências	-	-	•	-	•	-	-	•	•	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		(21.705)	(56.937)	(12.013)	(62.848)	(972)	(4.118)	(3.677)	-	(162.270)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2015	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	2.124	29.315	428	2.767	1.342	10.455	154.920
Em 31 de dezembro de 2016	3.178	13.986	101.123	2.065	25.779	377	2.369	1.092	443	150.412

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imobilizado--Continuação

							Conso	lidado						
			••′					Veículos					lmobilizações	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos		Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	zaçao da Mina	contenção na Mina	em andamento	Total
Custo			- 1- 1			3								
Saldos em 01 de janeiro de 2015	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Adições	-	-	1.418	-	13	-	-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	-	(18)	(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460	473		728	731	-	-	(142.760)	-
Variação cambial	_	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.587	14.587
Baixas	(916)	(5.257)	(14.807)	-	(7.004)	(4.725)	(1.557)	-	(428)	(686)	-	-	(8)	(35.388)
Transferências	10	(2.093)	17.336	146	3.291	8.424	-	-	(2.553)	314	805	-	(25.680)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.655	80.761	329.856	30.859	23.609	244.309	22.117	1.718	15.330	9.327	6.583	13.387	1.731	785.242
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2015	_	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Adições	_	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)	(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
Baixas	-	` 1Í	`3.617	` ź	· ,	` 16	` 296	` 58	` 622	`357	-	-	-	` 4.979
Transferências	-	-	1	-	-	3	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Adições	-	(2.221)	(11.899)	(2.244)	(1.486)	(13.926)	(839)	(46)	(1.146)	(880)	(263)	(823)	-	(35.773)
Baixas	-	2.101	6.226	•	6.619	2.807	1.527	-	304	659	-	-	-	20.243
Transferências	-	1.453	(1.147)	-	(1.085)	(822)	(2)	-	1.602	1	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(49.648)	(123.557)	(30.053)	(20.427)	(196.473)	(20.392)	(1.716)	(9.853)	(7.457)	(2.044)	(5.906)	-	(467.526)
•														
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2015	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em 31 de dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078	2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.047
Em 31 de dezembro de 2016	5.655	31.113	206.299	806	3.182	47.836	1.725	2	5.477	1.870	4.539	7.481	1.731	317.716

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor de custo de R\$ 2.150 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Fornecedores

Mercado interno Mercado externo

Controladora			Consolidado			
31/12/20)16 :	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
18.98	39	21.244	31.694	36.318		
1.61	13	2.678	1.872	5.102		
20.60)2	23.922	33.566	41.420		

13. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pró rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

No exercício de 2016 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis, totalizando o montante de R\$ 737. O saldo capitalizado em 2015 foi de R\$ 13.959 e a taxa média de juros efetivos para determinar o montante dos custos dos empréstimos passíveis de capitalização foi de 2,26% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

		Controladora		Conso	lidado	
	Taxa de juros e comissões - %	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Circulante:						
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	1.487	1.610	2.282	5.105	
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos Moeda estrangeira para aquisição de matéria-	De 2,87% a 3,07% a.a. De 2,19% a	2.875	3.082	12.115	14.910	
prima Moeda nacional (leasing financeiro) para	2,73% a.a.	4.255	1.566	4.255	1.566	
aquisição de equipamentos de informática Moeda nacional para capital de giro (NCE – Nota	1,14 a 1,23% a.a.	-	-	9	251	
de credito exportação)	117,60% a.a.	-	-	21.091	68.406	
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	De 3,17% a 4,20% a.a.	-	-	11.552	-	
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	-	-	165	-	
Moeda estrangeira para aquisição de matéria- prima	2,78% a.a.	1.720	-	1.720	-	
Moeda estrangeira para capital de giro (NCE – Nota de Crédito de Exportação)	De 3,46% a 3,65% a.a.	-	-	15.561	-	
Total circulante		10.337	6.258	68.750	90.238	
Não circulante:						
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e	De 2,76% a 9,85% a.a. +TJLP e 10% De 2,87% a 3,07%	1.365	2.763	2.008	4.207	
equipamentos Moeda estrangeira para aquisição de matéria-	a.a. De 2,19% a 2,73%	1.341	5.274	15.470	36.245	
prima	a.a.	1.656	8.257	1.656	8.257	
Moeda nacional para aquisição de máquinas,	De 7,06% a 8,24% a.a.					
equipamentos e serviços Total não circulante	u.u.	4.362	16.294	36.492 55.626	28.245 76.954	
Total Hao Cilculante		4.302	10.234	33.020	10.334	
Total		14.699	22.552	124.376	167.192	

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de pagamento do não circulante:	·			
2017	-	10.984	-	24.408
2018	3.637	5.231	13.468	19.967
2019	725	79	9.720	9.565
2020	-	-	4.131	3.138
2021	-	-	4.055	3.138
2022 até 2027	-	-	24.252	16.738
	4.362	16.294	55.626	76.954

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras às quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2016, tais como (i) instalar pedido de falência, recuperação judicial ou extra judicial, (ii) diminuição do patrimônio da companhia e montantes que possam torna-los incapazes de liquidar as obrigações previstas em contrato, (iii) ser condenado por decisão final ou assinar acordo de leniência pela prática de atos ou condutas lesivas a administração publicas. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 28.

14. Obrigações com pessoal

Férias Participação nos lucros e resultados (a) Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS Instituto nacional do seguro social – INSS Outros

Contro	ladora	Consolidado		
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
8.576	9.297	14.322	15.726	
1.314	2.821	4.232	7.120	
576	622	1.002	1.056	
1.941	2.115	3.388	3.352	
6	3	444	468	
12.413	14.858	23.388	27.722	

⁽a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

 Participação nos lucros e resultados

 31/12/2016
 31/12/2015

 Controladora
 109
 4.168

 Consolidado
 2.955
 7.465

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Contro	ladora	Consolidado	
Circulante:	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	-	1.940	1.188
Contribuição social sobre lucro líquido – CSLL	-	-	344	698
Demais tributos				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.108	5.176	10.657	7.989
Imposto sobre produtos Industrializados – IPI	2.410	2.227	2.832	2.538
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.960	1.175	2.639	2.444
Programa de integração social – PIS	397	241	545	508
Impostos de renda retido na fonte – IRRF	1.021	1.708	1.967	2.504
Imposto sobre operações financeiras – IOF	31	12	74	28
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	885	1.423
Outros	103	158	377	547
Total	14.030	10.697	22.260	19.867
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS(*)	1.746	6.477	4.699	8.969

^(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM, PRODUZIR na controlada Tégula e INCENTIVO de 7% e 90,25% respectivamente na Eternit da Amazônia.

16. Provisão para benefício pós-emprego

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2016.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisão para benefício pós-emprego--Continuação

I) <u>Benefícios futuros de saúde--Continuação</u>

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa anual de juro atuarial real	6,14%	7,27%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	5,15%	6,49%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	3.184	2.749	5.115	4.890
Não circulante	37.128	31.839	50.104	44.437
	40.312	34.588	55.219	49.327

c) Despesa líquida com benefício em 2016 (reconhecida no resultado)

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	3.930	6.318	5.892	
Benefícios pagos	(2.752)	(2.624)	(4.892)	(4.453)	
Resultado líquido com benefício	1.901	1.306	1.426	1.439	

d) <u>As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:</u>

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2015	22.747	31.285
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	5.892
Benefícios pagos	(2.624)	(4.453)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015	24.053	32.724
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	6.318
Benefícios pagos	(2.752)	(4.892)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2016	25.954	34.150

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisão para benefício pós-emprego--Continuação

I) Benefícios futuros de saúde--Continuação

e) <u>Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2016:</u>

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2016	34.588	49.327
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	6.318
Benefícios pagos	(2.752)	(4.892)
Ajustes de experiência	3.823	4.466
Em 31 de dezembro de 2016	40.312	55.219

f) Análise de sensibilidade:

Controladora		ade da taxa d obrigações d			ade do crescir ios sobre as o calculadas	
		Aumento	Redução		Aumento	Redução
	Real	(1%)	(1%)	Real	(1%)	(1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	40.312	36.905	44.035	40.312	43.914	37.010
Variação		(8,45%)	9,24%		8,94%	(8,19%)
Consolidado		ade da taxa d obrigações c			ade do crescir ios sobre as o calculadas	
Consolidado					ios sobre as o	
Consolidado		obrigações d	alculadas		ios sobre as o calculadas	brigações
Consolidado Impacto na obrigação com benefício líquida	sobre as	obrigações o Aumento	alculadas Redução	custos méd	ios sobre as o calculadas Aumento	brigações Redução

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisão para benefício pós-emprego--Continuação

- I) Benefícios futuros de saúde--Continuação
 - g) <u>Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:</u>

	Control	Controladora		dado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Dentro dos próximos 12 meses	3.184	2.749	5.115	4.890
Entre 2 e 5 anos	11.058	10.694	15.688	14.807
Entre 6 e 10 anos	10.785	10.603	14.606	14.650
Após 10 anos	15.285	10.542	19.810	14.980
	40.312	34.588	55.219	49.327

II) Plano de suplementação de aposentadoria

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2016.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuições efetuadas o exercício findo:	1.242	1.377	3.280	3.846

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Patrimônio líquido

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R\$ 334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

Ações
126.183.006
3.213.774
14.323.451
35.221.037
178.941.268
58.732
179.000.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 78 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2015).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo/lucro líquido aos montantes usados para calcular o prejuízo/lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Efeito da diluição (Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	(37.683)	29.420
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	178.941	178.941
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - R\$	(0,2106)	0,1644

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) <u>Dividendos</u>

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2016, representam:

	consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	
Juros sobre capital próprio	-	7.118	
Dividendos	-	-	
Proventos de períodos anteriores	426	416	
	426	7.534	

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) <u>Destinação do resultado do exercício</u>

		ladora e olidado
	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(37.683)	29.420
Constituição de Reservas		
Legal	-	(1.471)
Estatutária	-	(1.471)
(Absorção de prejuízo)/Retenção de lucros (i)	37.683	(1.784)
Lucro disponível	_	24.694
Dividendos propostos e pagos	-	1.611
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	-	23.083
Total	-	24.694
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	-	6.620
(i) Prejuízo do exercício transferido para a conta de absorção de prejuízo		

Controladora e

f) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital de 2017 serão adquiridos com recursos de próprios e/ou terceiros.

 Manutenção e atualização do parque industrial 	18.303

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Subvenção governamental

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

<u>Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir</u>

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou a totalidade do montante contratado de R\$ 6.910 restando saldo a utilizar de R\$ 1.424.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R\$ 662 (R\$ 881 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

<u>Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de</u> Goiás - Fomentar

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou R\$ 54.118 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 16.038 a utilizar até o término do contrato deste benefício, em 31/12/2020.

No exercício de 2016 o valor do benefício totalizou R\$ 2.032 (R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Subvenção governamental -- Continuação

<u>Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir</u>

A empresa Eternit S/A possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Goiânia/GO. A empresa utilizou R\$ 29.826 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 33.290 a utilizar até o término do contrato deste benefício, sendo o residual atualizado ao IGPM, de 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R\$ 6.083 (R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

<u>Eternit</u> - <u>Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)</u>

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis com base no lucro da exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

(3311) a same a signar			Consolidado	
	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo)/lucro antes do imposto de renda e da contribuição				
social	(44.434)	20.940	(27.727)	68.617
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	15.108	(7.120)	9.427	(23.330)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.214)	15.339	(9.975)	(9.405)
Juros sobre o capital próprio	(2.984)	7.738	-	10.099
Doações e brindes	(56)	(176)	(859)	(969)
Tributos e multas indedutíveis	(96)	(80)	(164)	(128)
Incentivo fiscal	-	-	271	798
Contingências trabalhistas	(36)	(7.177)	(36)	(7.177)
Provisão Pis e Cofins (receitas financeiras)	(375)	-	(375)	-
Resultado operação swap	(171)	-	(436)	-
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	-	-	(5.315)	(2.919)
Outras (adições) exclusões líquidas	575	(44)	(2.493)	(6.165)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.751	8.480	(9.955)	(39.196)
Taxa efetiva	-16,6%	40,5%	41,6%	-57,1%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois, grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	24.750	53.299
Constituição diferenças temporárias	8.121	75.949
Reversão diferenças temporárias	(6.524)	(70.078)
Constituição sobre prejuízo fiscal	7.917	7.917
Reversão sobre prejuízo fiscal		(3.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.264	63.823
Constituição diferenças temporárias	8.862	70.756
Reversão diferenças temporárias	(6.781) 5.970	(66.837) 5.970
Constituição sobre prejuízo fiscal Lucro nos estoques	5.970	(1.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42.315	72.655

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de				
contribuição social	18.995	13.026	25.402	19.432
Benefício pós-emprego	13.706	11.760	18.774	18.224
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.610	7.702	19.714	17.841
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.232	3.289
Provisão para perdas no recebimento de créditos	1.660	1.321	2.810	2.699
Provisão para participação nos lucros e resultados	447	959	1.429	2.398
Provisão para perda do imobilizado	1.271	1.271	1.271	1.271
Mercadorias não embarcadas	-	-	821	1.470
Outras provisões	(1.374)	(1.775)	202	(2.801)
·	42.315	34.264	72.655	63.823

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
2017	748	1.067
2018	1.579	1.974
2019	2.216	2.684
2020	2.823	3.387
2021 a 2026	11.629	16.290
	18.995	25.402

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Expectativa de realização dos créditos tributários--Continuação

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2016, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 47.591 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 42.758, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2016, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. <u>Diferenças temporárias</u>

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016
2017	6.057	11.299
2018	1.918	9.002
2019	1.918	2.847
2020	1.919	4.476
2021 a 2026	11.508	19.629
	23.320	47.253

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Companhia, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações contábeis para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, cujos impactos possam ser confiavelmente mensurados, conforme apresentados a seguir:

Processos trabalhistas (i)
Processos cíveis
Processos tributários (ii)

Contro	ladora	Consolidado			
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
39.280	39.177	51.282	48.581		
-	-	5.578	4.918		
7.695	7.919	33.143	30.782		
46.975	47.096	90.003	84.281		

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora				
	Provisões	Provisões			
	Trabalhistas	Tributárias	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2015	20.258	5.968	26.226		
Adições	23.466	1.956	25.422		
Pagamentos	(843)	-	(843)		
Baixas	(1.892)	-	(1.892)		
Reversões	(1.812)	(5)	(1.817)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.177	7.919	47.096		
Adições	2.167	1.078	3.245		
Baixas	(1.325)	(140)	(1.465)		
Reversões	(739)	(1.162)	(1.901)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	39.280	7.695	46.975		

	Consolidado					
	Provisões	Provisões	Provisões			
	trabalhistas	cíveis	tributárias	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2015	29.225	4.930	25.394	59.549		
Adições	23.904	-	5.394	29.298		
Pagamentos	(843)	-	-	(843)		
Baixas	(1.892)	-	-	(1.892)		
Reversões	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48.581	4.918	30.782	84.281		
Adições	5.207	660	3.663	9.530		
Baixas	(1.545)	-	(140)	(1.685)		
Reversões	(961)	-	(1.162)	(2.123)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.282	5.578	33.143	90.003		

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

- i) Na área trabalhista as principais provisões englobam
- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por excolaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta acão se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Foram excluídas as seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões; indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doencas relacionadas ao Amianto: toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espolio de cada extrabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência medica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao Amianto. Desta decisão caberá recursos pelas partes. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam

Variação de valores recolhidos a título de ICMS; Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2016, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$ 15.146 (R\$ 19.526 em 31 de dezembro de 2015), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor da ação monta em R\$ 40.000.
- b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- c) Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais CEFEM, cujo valor monta em R\$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R\$ 13.729.
- d) Ação civil pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- e) Partes da decisão julgada segunda instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.
- f) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível--Continuação

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Receita operacional líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Receita operacional líquida--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	655.962	679.553	1.048.748	1.221.417
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.519)	(2.879)	(1.867)	(3.383)
Impostos incidentes sobre as vendas	(159.680)	(165.584)	(219.606)	(243.162)
Receita operacional líquida	494.763	511.090	827.275	974.872

22. Informações sobre a natureza das despesas

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(394.446)	(384.403)	(564.073)	(598.115)	
Despesas com vendas	(60.616)	(58.313)	(106.593)	(114.704)	
Despesas gerais, administrativas	(39.740)	(48.272)	(89.134)	(106.961)	
Remuneração da Administração	(8.055)	(7.121)	(11.527)	(11.444)	
	(502.857)	(498.109)	(771.327)	(831.224)	
Matéria-prima consumida	(258.688)	(249.109)	(369.725)	(401.704)	
Despesas com pessoal e encargos	(116.133)	(119.209)	(160.853)	(165.278)	
Materiais, energia elétrica e serviços	(46.416)	(44.661)	(57.932)	(55.413)	
Serviços de terceiros	(19.006)	(25.127)	(50.178)	(58.670)	
Depreciação e amortização	(14.880)	(13.469)	(38.572)	(39.399)	
Comissões sobre vendas	(12.354)	(12.148)	(18.162)	(19.905)	
Despesas de vendas variáveis	(5.919)	(7.002)	(26.489)	(33.445)	
Aluguel de bens móveis	(6.537)	(6.657)	(10.540)	(11.022)	
Despesas com viagens	(3.670)	(5.508)	(6.310)	(8.491)	
Despesas com material e serviços de informática	(4.138)	(4.097)	(6.423)	(6.561)	
Propaganda e publicidade	(9.029)	(4.707)	(10.633)	(9.323)	
Contribuição para entidades de classe	(1.544)	(2.920)	(5.760)	(12.704)	
Impostos e taxas	(1.200)	(647)	(4.124)	(3.551)	
Perda em créditos de liquidação duvidosa líquidos de					
reversões	(1.980)	(1.493)	(3.420)	(2.531)	
Outras	(1.363)	(1.355)	(2.206)	(3.227)	
	(502.857)	(498.109)	(771.327)	(831.224)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Outras receitas/despesas operacionais líquidas

		ladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Outras receitas operacionais:					
Vendas bens de imobilizado	22	784	3.395	876	
Amostra para teste de produtos (ii)	-	1.186	-	1.186	
Dividendos e juros sobre capital próprios	67	70	67	70	
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	-	1.753	222	1.753	
Aluguéis	-	-	820	1.490	
Crédito extemporâneo PIS e COFINS	-	-	9.492	3.552	
Crédito – ICMS (ii)	-	-	2.581	2.126	
Fundo FI – previdência privada (i)	-	-	-	1.956	
Recebimento de depósito recursal	9	-	254	-	
Recebimentos eventuais	150	-	150	-	
Vendas sucatas	199	-	555	-	
Outras (ii)	108	975	1.211	1.098	
	555	4.768	18.747	14.107	
Outras despesas operacionais: Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas Provisão para benefício pós-emprego Recuperação ambiental Impostos sobre outras vendas (ii)	(129) (4.653) - (40)	(21.197) (3.818) - (48)	(951) (6.318) (1.262) (496)	(21.634) (5.117) (1.093) (808)	
Garantia de qualidade	(967)	(1.025)	(1.192)	(1.389)	
Substituição de produto avariado (ii)	(291)	(367)	(306)	(399)	
Gastos de paradas excepcionais (ii)	(3.001)	(721)	(7.228)	(2.334)	
Gastos jurídicos com ação civil pública	(4.000)	-	(4.000)	-	
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.531)	(1.169)	(3.084)	(1.691)	
Custo da baixa do imobilizado e intangível	(17)	(684)	(272)	(1.041)	
FibraPrev - previdência privada	-	-	(5.388)	-	
Outras (ii)	(752)	(854)	(3.986)	(2.445)	
	(15.381)	(29.883)	(34.483)	(37.951)	
Total	(14.826)	(25.115)	(15.736)	(23.844)	

⁽i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

⁽ii) Visando à melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, a Companhia efetuou as reclassificações no grupo de outras no saldo de 31 de dezembro de 2015. Na linha de outras receitas foram reclassificados R\$ 3.312. Na linha de outras despesas foram reclassificados R\$ 430.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

24. Receitas e despesas financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Receitas financeiras:					
Rendimentos aplicações financeiras - incluindo					
certificados de depósitos bancários	255	993	1.235	3.735	
Descontos obtidos	245	93	665	267	
Juros ativos	4.161	3.620	5.189	6.189	
Variações monetárias ativas	1.079	966	1.097	1.008	
Variações cambiais ativas	15.429	2.090	42.556	74.005	
Outras receitas financeiras		-	-	5	
	21.169	7.762	50.742	85.209	
Despesas financeiras:					
Juros sobre financiamentos	(1.028)	(743)	(5.175)	(3.035)	
Juros sobre mútuo	(5.043)	(4.269)	-	-	
Juros passivos	(163)	(234)	(8.533)	(5.472)	
Despesas bancárias	(2.238)	(1.341)	(2.658)	(1.686)	
Descontos concedidos	(2.977)	(2.346)	(4.677)	(4.226)	
IOF	(593)	(550)	(885)	(1.057)	
PIS e COFINS - Juros sobre capital próprio	(899)	(1.441)	(972)	(1.593)	
Variações cambiais passivas	(12.315)	(6.233)	(41.928)	(85.133)	
Variações monetárias	(1.693)	(2.285)	(5.584)	(5.869)	
Outras despesas financeiras	(399)	(362)	(823)	(664)	
	(27.348)	(19.804)	(71.235)	(108.735)	
Resultado financeiro líquido	(6.179)	(12.042)	(20.493)	(23.526)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Informações por segmento de negócio

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado						
Descrição						
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste					
Mineral crisotila	Mercados local e externo					
Telhas de concreto	Mercado local					
Outros	Mercado local					

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Informações por segmento de negócio--Continuação

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

		31/12/	31/12/2016			16 31/12/2016			
		Ativo total	Passivo	Receita líguida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento		Alivo total	1 433140	iiquiua	Lucio biuto	iiipostos	amortização	manceno	IIII 0/OSLL
	Sudeste	254.781	27.460	96.919	19.638	(3.385)	(4.655)	(1.051)	916
	Sul	48.207	36.721	147.288	29.889	(5.099)	(5.197)	(1.597)	1.393
	Centro-Oeste	85.579	48.534	191.667	44.567	(963)	(4.810)	(2.078)	1.812
	Norte e Nordeste	32.219	25.147	90.496	18.337	(3.161)	(2.620)	(981)	856
		420.786	137.862	526.370	112.431	(12.608)	(17.282)	(5.707)	4.977
Mineral crisotila									
	Mercado local	229.984	144.620	92.877	58.714	21.893	(5.953)	(6.514)	(5.016)
	Mercado externo	-	-	134.245	72.761	19.539	(8.661)	(9.415)	(7.250)
		229.984	144.620	227.122	131.475	41.432	(14.614)	(15.929)	(12.266)
Telhas de concreto	Mercado local	48.609	21.601	41.804	9.284	(24.669)	(3.107)	(1.522)	(672)
Outros (*)	Mercado local	143.069	78.716	31.979	10.012	(31.882)	(3.569)	2.665	(1.994)
Total		842.448	382.799	827.275	263.202	(27.727)	(38.572)	(20.493)	(9.955)

^(*) Contemplado (R\$ 29.337) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Informações por segmento de negócio--Continuação

		31/12	2/2015	31/12/2015					
		Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento									
	Sudeste	226.850	48.611	95.639	23.709	(3.868)	3.420	(1.851)	707
	Sul	52.191	64.034	148.870	36.947	(5.979)	4.927	(2.892)	1.104
	Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798	59.005	(3.510)	3.751	(4.212)	1.608
	Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110	23.819	(3.894)	2.260	(1.867)	714
		389.885	234.011	557.417	143.480	(17.251)	14.358	(10.822)	4.133
Mineral crisotila									
	Mercado local	271.088	87.166	134.095	77.164	41.471	7.068	398	(15.973)
	Mercado externo		-	195.079	131.596	79.671	10.282	578	(23.237)
		271.088	87.166	329.174	208.760	121.142	17.350	976	(39.210)
Telhas de concreto	Mercado local	71.814	24.133	54.869	13.827	(6.209)	4.990	(2.192)	(4.064)
Outros (*)	Mercado local	200.407	87.768	33.412	10.690	(29.065)	2.701	(11.488)	(55)
Total		933.194	433.078	974.872	376.757	68.617	39.399	(23.526)	(39.196)

^(*) Contemplado (R\$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

26. Cobertura de seguros

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2016, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2017.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade	Edifícios, instalações,	
civil geral e lucros cessantes	equipamentos e outros	R\$ 322.700

27. Instrumentos financeiros

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 1	Nível 1	Nível 1
Mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.365	2.850	5.143	5.578
Aplicações financeiras	32	3.114	2.708	16.734
Contas a receber mercado externo	-	-	46.124	69.316
Total ativos financeiros	3.397	5.964	53.975	91.628
Passivos financeiros Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	20.602	23.922	33.566	41.420
Empréstimos e financiamentos	14.699	22.552	124.376	167.192
· —	35.301	46.474	157.942	208.612
Mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	374	69	678	69
	374	69	678	69
Total passivos financeiros	35.675	46.543	158.620	208.681

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível II e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III.

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

I. Risco de mercado--Continuação

a) Riscos de câmbio--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Conso	lidado	Cotação em 31/12/2016
	31/12/2016	31/12/2015	(US\$ / € 1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	46.124	69.316	3,2585 US\$
Fornecedores no mercado externo	(1.872)	(5.102)	3,2591 US\$
ACE	(11.552)	-	3,2591 US\$
Financiamentos (USD) (*)	(33.495)	(58.778)	3,2591 US\$
Financiamentos (USD) SWAP	(678)	(69)	3,2591 US\$
Financiamentos (EUR)	-	(2.200)	3,4384 €
Total da exposição cambial	(1.473)	3.167	

^(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo.

		Taxa (*)	Depreciaç	ão da taxa	Apreciaçã	io da taxa
Saldos (moeda estrangeira) -		Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Consolidado	Risco	31/12/2016	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
USD		3,2585	1,6293	2,4439	4,0731	4,8878
Clientes mercado externo	USD	46.124	23.062	34.593	57.655	69.186
USD		3,2591	1,6296	2,4443	4,0739	4,8887
Fornecedores mercado externo	USD	(1.872)	(936)	(1.404)	(2.340)	(2.808)
ACE	USD	(11.552)	(5.776)	(8.664)	(14.440)	(17.328)
Financiamentos (*)	USD	(33.495)	(16.748)	(25.121)	(41.869)	(50.243)
Financiamentos SWAP	USD	(678)	(339)	(509)	(848)	(1.017)
Total das exposições		(1.473)	(737)	(1.105)	(1.842)	(2.210)

^(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

- a 2) Operações com Derivativos:
- I Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Contratos de Swap USD e CDI

- II A Companhia possui três contratos desta modalidade, cujo valor agregado é de USD 5.272 mil com vencimentos até 17/10/2017, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.
- III O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor de mercado, tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

Abertura dos contratos do Grupo em 31 de Dezembro de 2016

Quadro Demonstrativo						
	Valor referência nocional		Valor justo		Efeito ac	umulado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 Valor a	31/12/2015 Valor a
Contratos de swaps Posição ativa					Receber	Pagar
Moeda estrangeira (USD) Posição passiva	5.272	524	5.305	530	55	-
CDI (R\$)	(17.545)	(2.045)	(17.976)	(2.110)	179	(726)

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

- I. <u>Risco de mercado--</u>Continuação
 - b) Riscos de taxa de juros--Continuação

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	3.313	-	3.504	115	
Aplicações financeiras de curto prazo	32	3.114	2.708	16.734	
Total da exposição à taxa de juros	3.345	3.114	6.212	16.849	

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses. Dessa forma, a Companhia avalia a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

- I. Risco de mercado--Continuação
 - b) Riscos de taxa de juros-- Continuação

					eitas financ	eiras - um a	no
				Risco de	redução	Risco de	aumento
Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2016	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			13,63%	6,82%	10,22%	17,04%	20,45%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	3.504	3.982	3.265	3.146	4.101	4.220
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	2.708 6.212	3.077 7.059	2.523 5.788	2.431 5.577	3.169 7.270	3.262 7.482

			Projeção despesas financeiras - um ano				
				Risco de	redução	Risco de	aumento
Empréstimos e financiamentos - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			13,63%	6,82%	10,22%	17,04%	20,45%
Empréstimos e financiamentos	CDI	21.091	23.966	19.652	18.934	24.684	25.406
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	1.413	1.519	1.360	1.333	1.545	1.572
SELIC			13,65%	6,83%	10,24%	17,06%	20,48%
Empréstimos e financiamentos	SELIC	465	529	434	418	545	561

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o painel wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matériaprima e insumos--Continuação

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia avalia periodicamente a sua cartela de clientes e para 31 de dezembro de 2016, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão de risco financeiro--Continuação

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

IV. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2015. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e financiamentos
Instrumentos financeiros derivativos
(-) Caixa e equivalentes de caixa
Dívida líquida
Patrimônio líquido
Dívida líquida e patrimônio líquido

Contro	Controladora		lidado
Alavan	cagem	Alavan	cagem
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
14.699	22.552	124.376	167.192
374	69	678	69
(3.365)	(2.850)	(5.143)	(5.578)
11.708	19.771	119.911	161.683
459.633	500.098	459.649	500.116
447.925	480.327	339.738	338.433

28. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes garantias:

(i) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011974 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-08.258-CVE-CL e seus Termos Aditivos nº 01 à 05, tomadora Sama S.A. – Minerações Associadas, no montante de R\$ 4.680 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda:

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Compromissos e garantias--Continuação

- (ii) Fiança Bancária nº 2.052.898 Garantia do pagamento de execução fiscal DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) firmado com SAMA S/A minerações associadas no montante de R\$ 1.440 junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (iii) Fiança Bancária nº 2.043.852-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com Eternit S/A, no montante de R\$ 6.034 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 25/02/2017;
- (iv) Fiança Bancária nº 2.062.549-P no valor de R\$ 40.909 ,que corresponde a (60%) participação da controlada CSC − Companhia Sulamericana de Ceramica para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em 25 de janeiro de 2018. Fiança corporativa para operações de capital de giro e financiamento de importação (FINIMP), junto as instituições bancárias, no montante de R\$ 57.844, com vencimento entre julho de 2017 e fevereiro de 2020;
- (v) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 2.150 conforme mencionado na nota explicativa nº 11;
- (vi) Em dezembro de 2016, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500;
- (vii) Seguro Garantia apólice nº 54-0775-23-4000138 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.066685-39 e 80.6.15.068746-00 referente a CSLL e COFINS. No valor de R\$ 417, vigência 29/01/2016 a 29/01/2021;
- (viii) Seguro Garantia apólice nº 16-0775-23-0132155 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.068893-81, 80.7.15.015565-27 e 80.3.15.001323-50 trata-se de ação anulatória referente cobrança de débito de COFINS no valor de R\$ 6.350. Vigência 26/10/2015 a 26/10/2020;
- (ix) Fiança Bancária nº 2.075.216-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com a Tégula Soluções para Telhados Ltda, no montante de R\$ 1.510 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 27 de Junho de 2017;

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Compromissos e garantias--Continuação

- (x) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011056 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL e seu Termo Aditivo 01, tomadora Eternit S.A., no montante de R\$ 1.549 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;
- (xi) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011973 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1148-CVEI-CL, tomadora Eternit S.A., no montante de R\$ 605 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;
- (xii)Seguro Garantia apólice nº 44-0776-19-0011136 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL, tomadora Companhia Sulamericana de Cerâmica, no montante da sua participação de R\$ 344 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.; e
- (xiii) Seguro Garantia apólice n° 54-0776-19-0012078 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1171-CVEI-CL, tomadora Precon Goiás Industrial Ltda, no montante de R\$ 257 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

29. Provisão para desmobilização da mina

Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme lei 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto Taxa de inflação de longo prazo 2016 e 2015 10% a.a. 5% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

29. Provisão para desmobilização da mina--Continuação

	Consolidado		
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2016	31/12/2015	
2032	5.216	4.742	
2033	4.477	4.070	
2034	2.320	2.109	
2035 a 2043	1.865	1.696	
Total	13.878	12.617	

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.262 (R\$ 1.093 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

30. Perdas estimadas na recuperabilidade de ativos e provisão de reestruturação e desmobilização

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos na controlada Tégula conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3.

Na mesma data, a Companhia registrou valores de provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos em algumas unidades da controlada Tégula, mencionado na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

Perda estimada na recuperabilidade de ativo	Valor contábil	Valor recuperável	Ajuste de recuperabilidade
Perda estimada na recuperabilidade de ágio e outros ativos	25.565	21.769	3.796
Reestruturação e desmobilização Perda estimada de ativo Provisão para desmobilização e reestruturação		-	11.727 2.586 14.313
Perda estimada na recuperabilidade de ativo, reestruturação e desmobilização		- -	18.109

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

31. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2017, a Companhia foi citada em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que se encontra em curso perante a 1ª. Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de noventa dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª. instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/95 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação. Tendo em vista que o processo se encontra em estágio inicial, os consultores jurídicos estimam como possíveis as chances de perda dos pedidos da ação.